

DECRETO Nº 10.944
DE 28 DE AGOSTO DE 2025

***ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 7.932,
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017, QUE
REGULAMENTA A LEI Nº 3.371, DE 11 DE
JULHO DE 2017, QUE INSTITUI A POLÍTICA
PÚBLICA DE JUSTIÇA RESTAURATIVA, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

ROGÉRIO SANTOS, Prefeito Municipal de Santos, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do disposto no artigo 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 58, inciso XII, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município e no artigo 9º da Lei n.º 3.371/2017,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 6º do Decreto nº 7.932, de 23 de novembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

GABINETE DO PREFEITO

“Art. 6º A Comissão de Gestão do Programa Municipal de Justiça Restaurativa será nomeada pelo Prefeito e constituída por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e instâncias de colaboração:

I – 04 (quatro) representantes da Secretaria Municipal de Educação, sendo 01 (um), obrigatoriamente, o Secretário Municipal de Educação;

II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Segurança;

V – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Governo;

VI – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes;

VII – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças e Gestão;

VIII – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura;

IX – 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Mulher, da Cidadania, da Diversidade e dos Direitos Humanos;

X – 01 (um) representante da Ouvidoria e Controle;

XI – 01 (um) representante da Fundação Parque Tecnológico de Santos;

XII – 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Santos, escolhido entre 01 (um) de seus membros oriundos da sociedade civil;

XIII – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;

XIV – 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

XV – 01 (um) representante do Conselho Tutelar de Santos;

XVI – 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

XVII – 01 (um) representante do Fundo Social de Solidariedade de Santos.

GABINETE DO PREFEITO

§ 1º Serão convidados a participar da Comissão de Gestão do Programa Municipal de Justiça Restaurativa:

- I** – 01 (um) representante do Poder Judiciário Estadual;
- II** – 01 (um) representante do Ministério Público Estadual;
- III** – 01 (um) representante da Defensoria Pública Estadual;
- IV** – 01 (um) representante do Legislativo Municipal;
- V** – 01 (um) representante da Diretoria Regional de Ensino de Santos;
- VI** – 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Santos;
- VII** – 01 (um) representante do Terceiro Setor de Santos - organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam serviços de caráter público;
- VIII** – 02 (dois) representantes das Universidades de Santos;
- IX** – 03 (três) representantes das Unidades Policiais Especializadas:
 - a)** 01 (um) representante da Delegacia da Infância e Juventude de Santos - DIJU;
 - b)** 01 (um) representante da Delegacia do Idoso de Santos;
 - c)** 01 (um) representante da Delegacia de Defesa da Mulher de Santos;
- X** – 03 (três) representantes da Sociedade Civil de Santos.

§ 2º Os órgãos e instâncias municipais mencionados no “caput”, promoverão, de forma cooperativa e integrada, a implementação do Programa Municipal de Justiça Restaurativa.

§ 3º Os Secretários Municipais das respectivas pastas mencionadas neste artigo, poderão participar das reuniões semestrais, visando à ciência e aprimoramento dos resultados do processo de consolidação da Política Pública da Justiça Restaurativa.

§ 4º Os representantes dos órgãos mencionados no “caput” deste artigo deverão ser, preferencialmente, funcionários públicos do quadro permanente da Prefeitura Municipal de Santos.



GABINETE DO PREFEITO

§ 5º As funções administrativas relativas às decisões da Comissão de Gestão serão exercidas pela Secretaria Municipal de Educação.”

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 28 de agosto de 2025.

ROGÉRIO SANTOS

Prefeito Municipal

Registrado no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete do
Prefeito Municipal, em 28 de agosto de 2025.

NATÁLIA LUCENA DOS SANTOS

Diretora do Departamento